

PONTIFÍCIA **U**NIVERSIDADE **C**ATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



Bruna Cristina Urtiga Azevedo

**Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
(PUC-Rio)**

**O ABUSO E A EXPLORAÇÃO SEXUAL EM OPERAÇÕES
DE PAZ DA ONU**

Orientadora: Paula Drumond

Rio de Janeiro

2020.2

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



Bruna Cristina Urtiga Azevedo

**Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
(PUC-Rio)**

O ABUSO E A EXPLORAÇÃO SEXUAL EM OPERAÇÕES DE PAZ DA ONU

Orientadora: Paula Drumond

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais

Rio de Janeiro

2020.2

Agradecimentos

Desde que comecei a escrever meu trabalho de conclusão queria que esta seção fosse algo muito especial, afinal, foram 4 anos e meio de PUC-Rio e não poderia passar batido momentos, pessoas e recordações. Os melhores, e mais difíceis anos da minha vida foram de muitos aprendizados, dificuldades e amadurecimentos. Com isso, me despeço do mesmo jeito que entrei em 2016.2, muito feliz e entusiasmada para minha próxima etapa profissional.

Em meio a uma pandemia mundial, concluo uma etapa muito importante da minha vida e, primeiramente, gostaria de agradecer a Deus por ter a oportunidade de estudar na Instituição que sempre desejei com uma bolsa de estudos e de conseguir chegar até aqui. Agradeço aos pais, Joelma e Fabiano que sempre estiveram ao meu lado, apoiando todos os meus sonhos e fazendo de tudo para que se tornassem possíveis. Sem eles nada disso aqui seria real, pois todos os dias ambos se faziam presentes em minha vida acadêmica. Mãe, obrigada pelo cuidado diário de arrumar meu almoço e de se preocupar com a minha carga horária de estudo e trabalho. Pai, agradeço por me levar todos os dias no ponto de ônibus e saber se estou bem no decorrer do dia, sem seu cuidado eu não estaria onde estou. Vocês dois sempre serão minha inspiração de luta. Agradeço também aos meus irmãos, Davi e Lavínia por me fazerem rir e mostrar que a vida é muito mais leve, que chegar em casa depois de um dia cheio é tudo de bom. Aos meus avós maternos, Joel e Marizet que dão todo suporte que preciso, obrigada pelo carinho e preocupação. Minha vó Regina pelo amor e afeto. Amo vocês.

Agradeço também as minhas amigas que tenho desde a infância e também as que construí ao longo desses anos. Obrigada pelo carinho, abraços, amores verdadeiros, ombro amigo e por me escutarem quando sempre precisei. Carol, Isabella, João Lucas, Luisa, Marina e Melyssa são amigos para tudo. Poderia agradecer por todas as vezes que fui ouvida e abraçada. É um prazer ter vocês em minha vida. Meus amigos de infância, são vocês que sorriem e torcem por todas as minhas conquistas. Obrigada Vestibular AZ por me apresentar minha Colônia de Férias e se fazer tão presente mesmo distante e atarefadas. Costumo dizer que Marina se formou comigo de tanto me acompanhar na minha vida acadêmica. Ao falar de PUC, tive momentos incríveis e lembranças que serão guardadas com

muito amor. Conheci Duda, que foi minha primeira amiga da faculdade onde terei um laço de amizade eterno, independente de onde estejamos. Cacau, além de ser a melhor pessoa do CARI, me acompanhou em muitas aulas e no estágio com todo amor e paciência do mundo. Junto a Ana Clara formamos um grupo incrível, agradeço por toda a ajuda durante a graduação. Marcella, nossa amizade é linda. Obrigada por sempre se fazer presente. E Willian por me fazer rir todos os dias com seu jeito de ser.

Minha trajetória não seria completa sem o CARI e a Lhama. Foram momentos que fui muito feliz e ficarão guardados na memória de uma estudante da PUC. As amigas que fiz no ICA (Laboratório de Inteligência Computacional Aplicada), Júlia, Gabriel Taranto, Ana Clara, Ana Carolina e Lívia agradeço por completarem meus dias e por me auxiliarem a crescer profissionalmente. Agradeço também ao meu namorado Matheus, por todo apoio, preocupação e pela amizade mesmo nos últimos anos de formanda. Eu amo o cuidado que você tem comigo quando me vê em momentos de desespero nos estudos. Agradeço a sua família por me acolher tão bem.

Por fim, gostaria de agradecer ao Instituto de Relações Internacionais pelo aprendizado e as diversas visões de ver o Mundo. Agradeço à minha orientadora Paula Drumond por todo auxílio durante esse processo e pelas aulas que me fizeram despertar a escolha do meu tema. Obrigada pela paciência e leveza. Ao meu segundo leitor Ricardo Oliveira que me acompanhou durante toda minha graduação. Não poderia deixar de agradecer à minha coordenadora Manu Trindade e aos professores do IRI por todos os ensinamentos. Obrigada e obrigada! Serei sempre grata.

Resumo

O presente policy paper discute a perpetração de atos de Abuso e Exploração Sexual (AES) cometidos por funcionários civis e peacekeepers da Organização das Nações Unidas (ONU) em contextos de Operações de Paz (OPs). O objetivo deste trabalho é analisar o comportamento da ONU frente às denúncias de AES da população local, mapeando as respostas institucionais utilizadas pela organização para prevenir, responder e punir esses crimes. A ONU criou as Operações de Paz com o intuito de auxiliar países em situações de conflito ou recém egressos de conflitos armados, visando criar condições para a consolidação da paz no nível local. Com isso, os peacekeepers começaram a ter maior contato com a população e, conseqüentemente, casos de AES passaram a ser reportados pela população local, tornando-se cada vez mais frequente nesses cenários.

Os primeiros casos de AES surgiram na Somália, na República Democrática do Congo e no Camboja. Nesses contextos, as mulheres locais em situação de extrema pobreza e vulnerabilidade tornam-se suscetíveis a esses crimes. Essa sequência de casos e denúncias fizeram com que as Nações Unidas se posicionasse efetivamente para implantar medidas contra a AES. Contudo, apesar de sua ‘política de tolerância zero’, anunciada em 2003, o problema ainda continua. Com isso em mente, analisaremos as políticas institucionais da ONU nesse sentido com o objetivo de entender e observar suas respostas frente às denúncias realizadas e os casos ocorridos.

Palavras-chave: Abuso e Exploração Sexual; Operações de paz; Organização das Nações Unidas; *peacekeepers*.

SUMÁRIO

Introdução.....	7
Abuso e exploração sexual	9
Casos e denúncias de AES	13
Respostas da ONU.....	17
Conclusões e recomendações	21
Bibliografias	22

Abreviações

AES - Abuso e Exploração Sexual

ONU - Organização das Nações Unidas

ACNUR - Comissariado das Nações Unidas para refugiados

MINUSTAH - Missão das Nações Unidas para estabilização do Haiti

SGBV - Sexual and gender based violence

RCA - República Centro Africana

MONUSCO - Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo

RDC - República Democrática do Congo

UNFPA - Fundo de População das Nações Unidas

CRIN - Child Rights International Network

DPPA – Departamento de Assuntos Políticos e Consolidação da Paz

Introdução

As Organizações das Nações Unidas (ONU) possuem um papel fundamental para a prevenção de conflitos e para o auxílio de países devastados em um cenário pós-guerra. Assim, as Operações de paz (OPs) da ONU foram criadas com o objetivo de manter a paz e a segurança internacional, auxiliando países devastados por conflitos armados. Para isso, a Organização atua por meio de forças de manutenção da paz, também conhecidas como “capacetes azuis”, que atuam na reestruturação da ordem local.

As atividades desenvolvidas nas Operações de paz, são consequências de mudanças ocorridas no cenário internacional pós-Guerra Fria. Essas Operações, destinam-se a construção de paz e segurança internacional e humana, dando importância às questões humanitárias ao decorrer das práticas de missões de paz. A crescente atenção aos direitos humanos e a consequente relativização da inviolabilidade das fronteiras, é uma consequência direta do fracasso da comunidade internacional em lidar - inclusive por meio de operações de paz eficazes com as tragédias em grande escala¹. Com o aumento da demanda principalmente de resolução e monitoramento de conflitos, era fundamental o apoio e a assistência a comunidade internacional. Nesse contexto, as Nações Unidas passaram a aumentar o desdobramento de civis e militares nas Operações de Paz. Ao longo da década de 1990, a ONU passou, portanto, a englobar mais participantes nas suas Operações de paz, junto a isso mais funções foram exercidas pelos militares. Os *peacekeepers* possuem tarefas de grande atuação como: entrega de ajuda humanitária, promoção dos direitos humanos, assistência aos refugiados e capacitação governamental². Portanto, atuam de formas desafiadoras para estabelecer resoluções e soluções mais pacíficas. Com isso, muitos são conhecidos pelo ato de heroísmo atribuindo uma atenção maior à proteção de civis e fornecendo a diversas pessoas a segurança e o apoio que lhes faltam e são essenciais.

¹ KENKEL, Kai Michael. Five generations of peace operations: from the "thin blue line" to "painting a country blue". *Rev. bras. polít. Int.*, Brasília, v. 56, n. 1, p. 122-143, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003473292013000100007&lng=en&nr m=iso>. Acesso em: 10 de Outubro de 2020. <https://doi.org/10.1590/S0034-73292013000100007>.

² DIEHL, Paul. *Operações de Paz*. Malden, MA: Polity Press, 2008; 197 p. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000141&pid=S0034-7329201300010000700020&lng=en. Acesso em: 10 de Outubro de 2020.

Com o aumento da participação de civis e militares nas Operações de Paz, houve também o aumento no número de denúncias e casos de abuso e exploração sexual (AES) contra meninas e mulheres dos países hospedeiros. Esses crimes, de acordo com a ONU, incluem

any sexual activity with minors or any actual or threatened physical intrusion of a sexual nature, whether by force or under unequal or coercive conditions; any actual or attempted abuse of position of vulnerability, differential power or trust, for sexual purposes, including, but not limited to, profiting monetarily, socially or politically from the sexual exploitation of another. This includes acts of transactional sex, solicitation of transactional sex, and exploitative relationships³.

Com o aumento das denúncias, em 2001, houve uma maior atenção por parte da Organização ao combate a AES. Tal atenção respondeu ao aumento de informações internas e denúncias relacionadas a trabalhadores humanitários suspeitos de envolvimento com prostitutas, abuso sexual, e a forçar crianças a se prostituírem. Relatos foram mencionados por documentos do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e da Save the Children, uma organização não-governamental (ONG) do Reino Unido, que analisavam a exploração sexual e violência nas comunidades de refugiados na Guiné, Libéria e Serra Leoa⁴. Foram encontradas evidências de que essas ações eram recorrentes pois os *peacekeepers* eram capazes de influenciar a população local que atendem, especialmente com crianças, jovens e mulheres. Isto acontece, em grande parte, devido ao fato de estarem armados e fornecerem segurança necessária dentro de um contexto de extrema fragilidade⁵.

Os relatos obtidos por esse relatório evidenciaram como as Operações de Paz da ONU não são sinônimos de paz e, pelo contrário, apresentam uma série de desafios que, muitas vezes, entram em contradição com o próprio mandato estabelecido pelo Conselho de Segurança. Percebe-se que, ao invés de atuar no sentido de manter a paz e a segurança, as Operações de Paz podem acabar

³ Addressing Sexual Exploitation and Abuse. *Political and Peacebuilding Affairs*. Disponível em: <<https://dppa.un.org/en/addressing-sexual-exploitation-and-abuse>>. Acesso em: 23 de Outubro de 2020.

⁴ SOPRANI, Carolina. *Abuso e exploração sexual nas operações de paz da ONU*. São Paulo. 2018. 7 p. Série de Conflitos Internacionais - Observatório de Conflitos Internacionais da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC) da Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho (UNESP).

⁵ AQUIAR, Sarah Rodrigues. *Atuação das ONGs internacionais de direitos humanos nos casos de abuso e exploração sexual nas operações de paz da ONU*. Paraíba. 2018. 80 p. Monografia (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Federal da Paraíba.

aprofundando as vulnerabilidades dos cidadãos locais, gerando mais insegurança, ao invés de proteção.

Diante desses casos, o presente policy paper está dividido em três partes principais. A primeira seção tem como objetivo apresentar o conceito de Abuso e Exploração Sexual utilizado pelas Nações Unidas, aprofundando a compreensão sobre o fenômeno e o entendimento técnico sobre o tema. A segunda seção apresentará um panorama empírico geral sobre os casos e denúncias de AES reportados durante as Operações de Paz da ONU no Haiti, Camboja, República Centro Africana e República Democrática do Congo. Por meio desses exemplos, a seção demonstrará o elevado índice de gravidade dessas denúncias. Já a terceira seção tem como foco as respostas da Nações Unidas frente a esses casos, fazendo uma análise mais crítica ao posicionamento da organização, suas omissões e possíveis soluções para os casos sem respostas e para diminuição de violência sexual nas OPs. Frente a esse panorama, a conclusão do Policy Paper discute recomendações para melhorar as respostas institucionais voltadas para a prevenção e punição de casos de AES nas Operações de paz. Nesse sentido, a conclusão destacará como e o que a ONU pode fazer para responder de forma mais eficaz aos casos de abuso e exploração sexual em OPs.

Abuso e exploração sexual

De acordo com as Jasmine e Louise (2017,p.369), a ONU define o termo “exploração sexual” como “qualquer abuso real ou uma tentativa em que se está em uma posição de vulnerabilidade, poder diferencial ou confiança, para fins sexuais, sem se limitar a, lucrar monetariamente, social ou politicamente da exploração sexual de outrem”. Da mesma maneira, o termo “Abuso sexual” significa a intrusão física, real ou ameaçada de natureza sexual, seja pela força ou sob condições desiguais ou coercitivas⁶. Assim, para as Nações Unidas, segundo Fontoura (2009, p.22), o AES não limita-se apenas às relações sexuais forçadas, mas também a casos

⁶ Tradução livre de: ONU [*Organização das Nações Unidas*]. “‘Sexual exploitation’ is defined as ‘any actual or attempted abuse of a position of vulnerability, differential power, or trust, for sexual purposes, including, but not limited to, profiting monetarily, socially or politically from the sexual exploitation of another’”. ST/SGB/2003/13. 2003.

de prostituição e outras más-condutas por parte dos *peacekeepers* para a obtenção de favores sexuais mesmo com o consentimento da vítima. Em suas palavras,

Tradicionalmente, o abuso e a exploração são relacionados, respectivamente, ao estupro e à exploração de trabalhadoras sexuais. Contudo, as recorrentes violências de cunho sexual escondem outras relações entre militares e mulheres locais muitas vezes além do estupro. Com o aumento de casos reportados, a ONU precisou definir com mais precisão e ter respostas mais abrangentes para os relacionamentos entre pacificadores e população local, visto que essas relações são permeadas por assimetrias de poder e de recursos, podendo estabelecer prejuízos a médio e em longo prazo às mulheres e meninas locais⁷.

Segundo Fontoura (2009), os casos de AES estão relacionados à posição de vulnerabilidade sócio-econômica das mulheres locais. Muitas vezes situadas em ambientes de extrema pobreza, exclusão e desigualdade social, essas mulheres encontram-se em posição de fragilidade em relação aos funcionários internacionais das Nações Unidas. Nesses contextos, a aproximação dos funcionários internacionais com o objetivo de conseguir emprego, comida, dinheiro ou remédios coloca-as como alvo de diversas formas de violência e abuso. Essas situações acontecem não só com mulheres, mas com crianças e homens, que também sofrem dos efeitos de curto e até de longo prazo dos conflitos armados. Contudo, as mulheres e meninas tendem a ser a população mais vulnerável a esse tipo de conduta em função das próprias consequências do conflito em si. As mulheres são afetadas de forma particular e específica pelas dinâmicas de violência, representando grande parcela das vítimas da guerra. Além do estupro, gravidez forçada e outras formas de violência contra o gênero, mulheres e meninas se vêem obrigadas a se deslocar de seus lares para escapar da violência. De acordo com o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), 80% dos deslocados internos são mulheres e meninas. Essas mulheres estão sujeitas diariamente a ataques não só físicos, mas emocionais, que as tornam ainda mais dependentes da ajuda externa e, conseqüentemente, a abusos por parte dos *peacekeepers* e outros funcionários internacionais. Com isso, é recorrente os abusos sexuais por troca de medicamentos, alimentos, oportunidades de emprego, e até aumento da prostituição no Haiti por exemplo, na missão de MINUTASH que era recorrente as denúncias.

O Boletim do Secretário-Geral da ONU “Special measures for protection from sexual exploitation and sexual abuse 423”, (ST/ SGB/2003/13) apresenta a

⁷ FONTOURA, Natalia Rayol. *Heróis ou Vilões? O abuso e a exploração sexual por militares em missões de paz da ONU*. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. 232 p.

Exploração Sexual como “any actual or attempted abuse of a position of vulnerability, differential power, or trust, for sexual purposes, including, but not limited to, profiting monetarily, socially or politically from the sexual exploitation of another”. O abuso sexual, por sua vez, é definido como “the actual or threatened physical intrusion of a sexual nature, whether by force or under unequal or coercive conditions”⁸. Esse conceito inclui qualquer atividade de violência contra a sexualidade humana ou de ameaça de natureza sexual, pela força ou sob condições desiguais e coercitivas que ocorrem principalmente com mulheres. A AES envolve, portanto, atos de sexo transacional e todos os tipos de relação de exploração que envolvem tráfico sexual de intrusão física e de ameaças seja estupro, prostituição forçada de crianças e mulheres e relações sexuais com menores⁹.

Sendo assim, a ONU apresenta em sua definição de Abuso e Exploração Sexual para além do estupro e da exploração de prostitutas, incluindo casos em que a má conduta dos militares interfere no mandato das missões, como é o caso do uso do sexo como moeda de troca entre os *peacekeepers* e a população local. Como essas relações são permeadas por assimetrias de poder, a ONU adota definições abrangentes, que condenam as relações independentemente de haver ou não consentimento ou benefícios monetários. Isso porque se considera que a disparidade de poder presente nessas relações tiraria da mulher a capacidade de consentir de forma livre. Por esse motivo, as relações sexuais com entre *peacekeepers* e a população local são “fortemente desencorajadas”¹⁰ e a troca de sexo por comidas, dinheiro, remédios ou qualquer outro bem é considerada como má-conduta pela Organização¹¹. Nesse sentido, o reconhecimento dessas assimetrias de poder entre funcionários da ONU e a população local permite que o conceito de abuso e exploração sexual formulado pela organização abarque a complexidade da violência e das interações sexuais nas operações de paz¹².

⁸ FAGANELLO, Priscila Liane Fett. *Operações de Manutenção da Paz da ONU*. De que forma os direitos humanos revolucionaram a principal ferramenta internacional da paz? 1ª ed. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2013. 190 p.

⁹ ¹¹ FONTOURA, Natalia Rayol. *Heróis ou Vilões? O abuso e a exploração sexual por militares em missões de paz da ONU*. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

¹⁰ ¹² Tradução livre de: ONU [*Organização das Nações Unidas*] “strongly discourage relations with beneficiaries”. ST/SGB/2003/13. 2003.

Conforme apontado anteriormente, vem sendo reportado um número crescente de denúncias de AES perpetradas por *peacekeepers* nas Operações de Paz. Tais denúncias não são casos isolados e estão presentes em diferentes países, culturas e períodos históricos. Em 1993, no Camboja, foi reportado um aumento considerável quanto ao número de prostitutas no país após um ano da chegada dos civis e militares da ONU. De acordo com Westendorf (2017, p.2), notou-se no país um aumento no número de prostitutas de 6.000 para 25.000, havendo, então, uma preocupação dos responsáveis pela manutenção da paz e uma primeira tentativa de conscientização dos capacetes azuis diante desses números. Apesar de detectar o problema, a primeira resposta da ONU para essas denúncias não foi incisiva, nem eficaz. O então Representante Especial do Secretário Geral da ONU para o Camboja, Yasushi Akashi, ignorou os conceitos de AES justificando a conduta dos capacetes azuis de forma extremamente sexista ao dizer que “rapazes serão rapazes”¹³. Esse tipo de comportamento foi, portanto, atribuído à masculinidade dos soldados que os autorizava a perpetrar abusos e atos de exploração sexual contra a população local. Naquele momento, a única solução apresentada pela Autoridade Provisória das Nações Unidas no Camboja foi a distribuição de preservativos para os *peacekeepers* em paralelo à solicitação de que os soldados não usassem uniformes ao frequentar bordéis¹⁴. Vale ressaltar que a “solução” dada pela Organização inclui também a recomendação para que os militares e membros das missões de paz deixassem seus transportes longe dos prostíbulos, demonstrando uma postura de desresponsabilização, ao invés de punição e prevenção desse tipo de conduta.

São múltiplas as consequências do abuso e da exploração sexual por *peacekeepers*, podendo incluir não apenas o trauma da vítima, como também a transmissão de doenças sexualmente transmissíveis como o HIV, além da gravidez dessas mulheres como relatado, por exemplo, no contexto da MINUSTAH¹⁵.

¹³ A expressão exata é “boys will be boys” de WESTENDORF, Jasmine-Kim. WPS, CRSV and Sexual Exploitation and Abuse in Peace Operations: Making sense of the missing links. *LSE: Centre for women, peace, security*, 2017.

¹⁴ WESTENDORF, Jasmine-Kim. WPS, CRSV and Sexual Exploitation and Abuse in Peace Operations: Making sense of the missing links. *LSE: Centre for women, peace, security*, 2017. 1-3 p.

¹⁵ TOLEDO, Aureo; BRAGA, Lorraine Morais. Abuso e exploração sexual em operações de paz: o caso da MINUSTAH. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 28, n. 3, e60992, 2020. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2020000300204&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 09 de Dezembro de 2020. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n360992>.

(Missão das Nações Unidas para a estabilização do Haiti) no Haiti. Em 2017, cerca de 2500 haitianos foram entrevistados pela equipe de pesquisa do jornal *The Conversation*, e grande parte deles relataram histórias semelhantes que mencionaram filhos de soldados e funcionários da ONU onde as OPs em casos ligados a abuso e exploração sexual no Haiti. No âmbito da MINUSTAH, essas e outras controvérsias levaram a repatriação de mais de 100 soldados, porém nenhum dele foi processado ou acusado formalmente pela organização de abuso e exploração sexual¹⁶.

In 2013, a UN investigation declared sexual exploitation and abuse (SEA) ‘the most significant risk to UN peacekeeping missions, above and beyond other key risks including protection of civilians’. Secretary-General Ban Ki-moon himself asserted that ‘a single substantiated case of [SEA] involving UN personnel is one case too many’. Yet civilian and military personnel associated with peacekeeping operations (PKOs) continue to perpetrate SEA, despite the development of policy frameworks designed to prevent it and hold perpetrators accountable. (Sexual exploitation and abuse in peace operations: trends, policy responses and future directions¹⁷).

Apesar das crescentes denúncias, os casos de abuso e exploração sexual continuam se repetindo ao longo da história das Operações de paz. Nota-se, a nível internacional, que os casos de AES foram ganhando a atenção da ONU após serem considerados como um dos riscos mais significativos nas missões. As seções a seguir destacam alguns casos emblemáticos de denúncia e, em seguida, como a Organização vem lidando com esses casos.

Casos e denúncias da AES

Através de pesquisas e levantamento de dados de denúncias e alegações de Abuso e Exploração Sexual realizados pelos funcionários da ONU, foram analisadas 125 matérias e documentos. Neles, o local mais citado nas denúncias foi o Congo com 34% das referências para a Missão de Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUC)¹⁸. Ademais, de acordo com Child

¹⁶ BARTELS, Susan. LEE, Sabine. “They put a few coins in your hands to drop a baby in you” – 265 stories of Haitian children abandoned by UN fathers. *The Conversation*. December 17, 2019.

¹⁷ SEARLE, Louise. WESTENDORF, Jasmine-Kim. *Sexual exploitation and abuse in peace operations: trends, policy responses and future directions*. International Affairs, Volume 93, Issue 2, 2017. 2 p.

¹⁸ FONTOURA, Natalia Rayol. *Heróis ou Vilões? O abuso e a exploração sexual por militares em missões de paz da ONU*. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. 104 p.

Rights International Network (CRIN), Já houve mais de 2.000 alegações formais feitas contra os *peacekeepers* e outros funcionários da ONU em todo o mundo, incluindo mais de 300 reclamações especificamente relacionadas a crianças¹⁹.

Os primeiros casos e denúncias de abuso e exploração sexual por parte dos profissionais das operações de paz aconteceu entre 1993 a 1995, na Somália e no Camboja como já mencionado anteriormente. Desde então, vem aumentando gradativamente o número de denúncias em diferentes regiões do mundo. Casos na Somália, Camboja, República Centro Africana (RCA) e Haiti são exemplos de locais em que a instauração das Operações de Paz da ONU foram acompanhadas de muitas denúncias mulheres em situação de prostituição, escravidão e tráfico sexual.

Em 1993, durante as Operações de paz na Somália, soldados foram acusados de torturar um jovem de 16 anos até a morte. Mais de 90 soldados foram acusados do crime. O caso do jovem Shidane Abukar Arone aconteceu em um cenário de Guerra Civil na Somália onde semanalmente haviam mortes por falta de alimentos e suprimentos hospitalares. Com isso, o Canadá enviou soldados como parte para auxiliar as Missões de paz e garantir itens necessários para a população local. Arone foi torturado durante horas e foi submetido a condições desumanas como socos, espancamentos e sodomização. Há relatos em que o jovem foi atingido por uma barra de metal, cabo de vassoura, chutado várias vezes e as solas dos pés queimadas. Dois canadenses foram acusados de torturar e matar o jovem e as provas eram proeminentes. Um dos soldados foi preso e o outro sentenciado a cinco anos de prisão. Porém, outros sete soldados também foram acusados e submetidos à corte marcial e foram absolvidos²⁰.

No período onde a política contraria as relações sexuais entre militares e locais ainda não era enfatizada nos – poucos – treinamentos nacionais que os militares recebiam, o impacto da United Nations Transitional Authority in Cambodia (UNTAC) na indústria sexual foi visível²¹. Com a chegada de militares

¹⁹ Sexual exploitation and abuse by UN peacekeepers. *CRIN: Child Rights International Network*. Disponível em: <<https://home.crin.org/issues/sexual-violence/un-peacekeepers>>. Acesso em: 13 de Novembro de 2020.

²⁰ AMAD, Ali. Remembering the “Somalia Affair”, Canada’s Forgotten Abu Ghraib Moment. *VICE*, 2018. Disponível em: <<https://www.vice.com/en/article/7x75xg/remembering-the-somalia-affair-canadas-forgotten-abu-ghraib-moment>>. Acesso em: 13 de Novembro de 2020.

²¹ FONTOURA, Natalia Rayol. *Heróis ou Vilões? O abuso e a exploração sexual por militares em missões de paz da ONU*. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. 104 p.

da ONU, houve uma ampliação de prostitutas no local, como já mencionado. Isso ocorreu devido ao aumento de soldados na região, gerando maior demanda de trabalhos e também pelo cenário machista e estrutural em que homens têm o poder sobre mulheres. Com alto índice de gravidade e de casos, a população local decidiu denunciar os abusos e a exploração sexual a ONU, porém, conforme destacado acima, essas denúncias não foram suficientes para gerar respostas robustas por parte da organização.

Diante dos abundantes escândalos ocorridos na África Central, a Bósnia-Herzegovina, depois da guerra dos Bálcãs passou por um período de pós conflito com inúmeros casos e denúncias de abuso e exploração sexual. Assim, em 1999, Kathryn Bolkovac - policial americana foi contratada pela DynCorp Aerospace para trabalhar nas Nações Unidas como o objetivo de investigar, conferir e revogar o abuso sexual e a prostituição no local. Seu engajamento foi reconhecido e indicado ao Prêmio Nobel da Paz de 2015 por se dedicar e descobrir diversos casos de AES e sua história foi contada em um livro. Descobrimo e possuindo evidências contra os soldados da ONU, encontrou provas que militares estavam envolvidos no tráfico de moças do Leste Europeu para fins de escravidão sexual. Além disso, mulheres não só da Somália, mas também Ucrânia, Romênia e de outros locais eram levadas ao militares para servir como escravas sexuais de militares da ONU de diversos países, incluindo Estados Unidos, Paquistão, Alemanha, Romênia e Ucrânia. Portanto, ao investigar, se aprofundar a cada caso, e entregar seus relatórios, Kathryn foi despedida e desligada das missões de paz²².

Segundo a ex investigadora policial,

O que aconteceu às vítimas de tráfico humano na Bósnia, nos anos 1990 até 2000, é bem semelhante ao escândalo na África Central. Especificamente o abuso de populações vulneráveis por organizações criadas para a proteção e comprometidas com ela. Isso, e os escândalos continuados em torno das fracassadas tentativas das Nações Unidas – dissimuladas, e agora declaradas – de remover, neutralizar e desacreditar os que expuseram os atos da organização. Os termos "acobertamento" e "whistleblower" [informante] são comuns dentro dos muros da ONU e nas suas missões de paz²³.

O caso da Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUC) foi considerado o divisor de águas na ONU em relação a má-conduta

^{22 23} SLANJANKIC, Azer. "ONU acobertou casos de abuso sexual por capacetes azuis". *DW: Made for minds*, 2016. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/onu-acobertou-casos-de-abuso-sexual-por-capacetes-azuis/a-19092800>>. Acesso em: 15 de Novembro de 2020.

por militares e civis relacionadas ao abuso e a exploração sexual. Foi estabelecido o combate ao AES, programas de treinamento e a observação dos mesmos com o objetivo de punir e diminuir os casos que eram perpetrados na República Democrática do Congo (RDC). Por exemplo, em 1999 e 2004, algumas evidências levaram a crer que eram apenas casos isolados de abuso sexual principalmente por parte do estupro por bebês cometidos por peacekeepers em Marrocos. Apesar do grau de seriedade dos casos, não foi levado a diante e muito menos recebeu a atenção que merecia²⁴.

Com o tempo diversas alegações de AES semelhantes foram surgindo dentro da MONUC que não foram levadas em consideração como deveria, simplesmente foram esquecidas e tomadas como eventos isolados de má-conduta dos funcionários. Contudo, foram realizadas denúncias de abuso sexual e exploração de menores, onde testemunhas foram ouvidas e algumas publicações foram publicas na mídia internacional levando a tona. As relações eram realizadas próximo aos campos dos militares e envolviam troca de alimentos e alguns dólares para meninas de até 13 anos²⁵. De acordo com o jornal BBC, mulheres alegaram que ouviram de um dos chefes que estariam se aproveitando da presença das tropas da ONU para atrair "meninas vulneráveis, provocá-las a se mudar para vizinhança das tropas e se prostituir", diz nota oficial da MONUC. A nota oficial da missão de paz diz ainda que a "isca" para atrair as meninas para a região seria "a perspectiva da riqueza dos capacetes azuis"²⁶.

Diante de diversos casos abordados, percebe-se a dimensão e a gravidade do AES como um problema nas Operações de Paz. Os casos de denúncias contra funcionários da ONU e peacekeepers por abuso e exploração sexual se repetem em diferentes países. Com recorrentes denúncias, é de se esperar uma resposta não só das Nações Unidas, mas também dos chefes das missões para analisar e prestar apoio à população local que devem proteger. Todavia, essas denúncias são comumente tratadas como casos isolados e raros, e, ao invés de enxergarem o abuso e exploração como um problema, são minimizados pela emblemática frase "boys

²⁴ ²⁵ FONTOURA, Natalia Rayol. *Heróis ou Vilões? O abuso e a exploração sexual por militares em missões de paz da ONU*. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. 168-170 p.

²⁶ Escândalo sexual no Congo envolve tropas da ONU. *BBC Brasil*, 2006. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/story/2006/08/060817_rdcongoexploracaoebc>. Acesso em: 14 de Novembro de 2020.

will be boys’’. Ainda assim, algumas mudanças nas regras da ONU foram observadas ao longo do tempo, incluindo medidas de treinamento e a criação da política de tolerância zero.

As respostas da ONU

Com inúmeras denúncias de abuso e exploração sexual nas Operações de paz da ONU em diversos países, o tema só ganhou espaço significativo nos documentos e nas políticas da ONU a partir 2002, quando o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e a organização Save the Children acusaram militares de missões de paz e trabalhadores humanitários de abusarem de crianças refugiadas na África Ocidental²⁷. Foi então nesse contexto que as Nações Unidas começaram a desenvolver respostas mais específicas aos casos de AES, principalmente devido a estes casos estarem se tornando cada vez mais públicos na mídia internacional.

A partir dessas denúncias a ONU começou a implantar algumas medidas para que este tipo de violência sexual seja analisado com um pouco mais de preocupação. Seus objetivos no geral eram de apontar as alegações contra os *peacekeepers*, observar quais os fatores que contribuíram para a violência e verificar se existiam evidências de má-conduta criminal e administrativa. Essas medidas da ONU *focal points* que incluem a investigação dos casos e medidas disciplinares²⁸.

Em 2003, a Assembléia Geral da ONU adotou a resolução 57/306 (A/RES/57/306), versando sobre medidas contra atos de AES e a manutenção da paz sobre todas as investigações e ações realizadas de acordo com o conceito de AES definido pela ONU já citado acima. Esta resolução solicitava ao Secretário-Geral a implantação de medidas para prevenir o abuso e a exploração sexual em Operações de paz e obter respostas rápidas quanto às denúncias, principalmente as atuais²⁹. Contudo, hoje, percebe-se que a manutenção de paz sobre todas as

²⁷ ²⁸ FONTOURA, Natalia Rayol. *Heróis ou Vilões? O abuso e a exploração sexual por militares em missões de paz da ONU*. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. 42 p.

²⁹ Addressing sexual exploitation and abuse. *Conduct in un field missions*. Available from <<https://conduct.unmissions.org/addressing>>, access on 15 Nov. 2020.

investigações e ações realizadas a respeito do assunto não foram eficazes, pois a proibição de AES não foi realizada na prática e as denúncias ainda eram recorrentes.

Em consequência disso, foi traçada no Boletim do Secretário-Geral a proibição deste tipo de violência sexual implantando ações especiais de proteção contra a exploração sexual e o abuso sexual (SG / SGB / 2003/13). Neste momento, várias ONGs que trabalham em parceria com agências da ONU também tomaram medidas semelhantes apoiando as vítimas, fornecendo assistência médica, apoio psicológico, abrigo e alimentos³⁰.

Com a insuficiência das propostas realizadas pela ONU, foi criado em 2005, o Relatório Zeid em homenagem ao príncipe Zeid Ra'ad e Zeid Al-Hussein, representante da ONU na Jordânia que foi enviado para o combate a AES no local, além de ser *ex-peacekeeper*. O então Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, nomeou Zeid como consultor especial sobre exploração e abuso sexual. Seu objetivo era formular um relatório e promover recomendações para acabar com os casos de Abuso e Exploração Sexual nas futuras missões de paz . Com isso, o relatório provê diversas medidas de reformas que foram recomendadas pelo Secretariado Geral da ONU e dos Estados Membros, dentre elas uma política de tolerância zero nas missões de Paz³¹. A política de tolerância zero foi estabelecida a qualquer abuso real ou tentativa, em posição de vulnerabilidade, poder diferencial ou confiança, para fins sexuais podendo incluir a questão do lucro sobre a exploração e ao abuso sexual. Em 2003, o Secretário-Geral publicou o "boletim de tolerância zero" que relata diversas funções para os funcionários da ONU e os que trabalham junto a Organização, dentre elas a de liderança da missão para garantir a responsabilidade e encaminhamento de casos de AES. A política de tolerância zero tem sido a base da política para o combate ao Abuso e a Exploração Sexual³².

Contudo, analisou-se que havia uma série de problemas para além do abuso e exploração sexual, como má conduta dos funcionários da ONU, falta de relacionamento dos *peacekeepers* com a população local e de técnicas relacionadas a conduta frente as OPs.

³⁰ ³¹ Addressing sexual exploitation and abuse. *Conduct in un field missions*. Disponível em: <<https://conduct.unmissions.org/addressing>>. Acesso em: 15 de Novembro de 2020.

³² WESTENDORF, Jasmine-Kim. WPS, CRSV and Sexual Exploitation and Abuse in Peace Operations: Making sense of the missing links. *LSE: Centre for women, peace, security*, 2017. 1-4 p.

O relatório “A comprehensive strategy to eliminate future sexual exploitation and abuse in United Nations peacekeeping operations” foi entregue em 24 de março de 2005 e consiste em uma investigação ampla, holística e crítica sobre o AES nas missões de paz, na efetividade das respostas que foram implementadas pela ONU para trazer recomendações a ONU. Entre as dificuldades elencadas pelo Alto Comissário, a existência de diversas categorias de participantes nas missões é a que mais se destaca pelos peacekeepers, trabalhadores humanitários, observadores militares, voluntários, chefes e policiais são algumas das muitas categorias presentes nas missões. Diversos funcionários envolvidos nas operações de manutenção da paz são submetidos a quadros jurídicos diferentes que, por sua vez, gozam de imunidades diferentes, dificultando o estabelecimento de medidas que sirvam para todos³³.

Em seu relatório, Zeid apresentou diversas recomendações, tanto como ordem preventiva quanto repressiva no sentido de alcançar uma solução para o AES nas OPs. Uma das primeiras medidas que foram abordadas, na prática, foi a distribuição de preservativos como prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, principalmente o HIV e a criação de espécie de um “impressão visual” dos soldados envolvidos na Operação de Manutenção da Paz para implantar a política de tolerância zero³⁴.

Embora este relatório seja um marco na ONU de implementações positivas, desde o seu início a Organização faz solicitações aos Estados-membros para investigação dos seus soldados de alegações e violação aos direitos humanos para que as denúncias sejam comprovados e julgados³⁵. Como não possuem jurisdição para condená-los - apenas os próprios Estados que enviaram os soldados -, a ONU solicita um relatório periódico anualmente do andamento dos casos. Como a Organização não possui autoridade para interferir em nenhum caso, isso dificulta as soluções e também a adoção da política de tolerância zero, já que os oficiais são julgados pelo seu país de origem. Esses denúncias que estão em julgamento, além

³³ FONTOURA, Natalia Rayol. *Heróis ou Vilões? O abuso e a exploração sexual por militares em missões de paz da ONU*. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. 48 p.

³⁴ ³⁵ MURPHY, Ray. An Assessment of UN Efforts to Address Sexual Misconduct by Peacekeeping Personnel. *International Peacekeeping Journal*. Vol 13, No. 4, 2006. Disponível em <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13533310600988820> Acesso em: 01 de Dezembro de 2020.

de ocorrerem lentamente, alguns casos são esquecidos e tomados como específicos pelo próprio Estado.

Dentre as diversas mudanças que foram adotadas pela ONU desde o Relatório Zeid, o Departamento de Assuntos Políticos e de Consolidação da Paz (DPPA) está totalmente comprometido com a implementação da política de tolerância zero para exploração e abuso sexual³⁶. Com o apoio de todos os membros da ONU, em 2017, o Secretário geral lançou em seu relatório “Medidas especiais de proteção contra a exploração e o abuso sexual: uma nova abordagem”. Em sua nova abordagem, foi levantado estratégias em quatro áreas principais. Em primeiro lugar considerar as vítimas como a mais importante questão dos casos. Acabar com a impunidade, envolver a sociedade civil e parceiros externos e melhorar as comunicações estratégicas para educação e transparência. Essas são estratégias para melhorar respostas aos abusos e exploração sexual. Junto as Nações Unidas, a DDPA coordena os elementos fundamentais e as medidas de prevenção, dentre elas o treinamento de todos os funcionários da ONU que é realizado regularmente desde 2016 com o Programa de treinamento online sobre a prevenção do abuso e exploração sexual. A consciência pública do comportamento desses oficiais dentro das agências e das operações de paz e o que é ou não aceitável pela população local indicando como relatar casos³⁷.

Na teoria, as respostas da ONU foram eficazes em curto prazo, contudo, na prática, ainda faltam muito para avançar essas propostas soluções. O acompanhamento as vítimas e a proteção à população são as principais questões que ainda não foram solucionadas efetivamente de maneira positiva, assim como a falta de respostas dos Estados-membros frente às denúncias realizadas contra seus militares cedidos e desdobrados em Operações de Paz.

³⁶ Addressing Sexual Exploitation and Abuse. *Political and Peacebuilding Affairs*. Disponível em: <<https://dppa.un.org/en/addressing-sexual-exploitation-and-abuse>>. Acesso em: 15 de Novembro de 2020.

³⁷ Preventing Sexual Exploitation and Abuse. *United Nations*. Disponível em: <<https://www.un.org/preventing-sexual-exploitation-and-abuse/content/prevention>>. Acesso em: 15 de Novembro de 2020.

Conclusões e recomendações

Conforme exposto, o presente trabalho apresentou o abuso e exploração sexual como um problema recorrente até hoje nas Operações de Paz da ONU. Com o aumento de casos e denúncias, as Nações Unidas iniciaram uma série de medidas para controlar, resolver e prevenir os casos e denúncias. Portanto, apesar dos esforços da ONU, tais respostas não têm sido suficientes para responder de maneira eficaz a esses episódios. De acordo com Jasmine e Louise, os policiais e chefes das missões devem entender que a AES deve ser tratada como um caso de emergência e de fator de risco para a sociedade e que é necessário saber lidar com o contexto de vulnerabilidade em que as mulheres se encontram. Ao analisar as medidas adotadas pela Organização, percebe-se que ela tem se preocupado mais com a sua própria imagem e com o olhar da mídia internacional e não se preocupando com a população local das OPs.

Algumas mudanças seriam significativas para melhorar a política da ONU para repressão deste tipo de violência nas Operações de Paz. A primeira medida específica seria, por exemplo, a troca dos funcionários administrativos do alto nível e dos chefes das Missões da ONU, que responderam de forma insatisfatória a esses episódios ou que camuflaram o problema. Outra medida seria os obstáculos jurisdicionais e a não responsabilização da ONU e sim dos Estados- membros frente aos crimes cometidos. As Nações Unidas não possuem jurisdição para processar as tropas ou os funcionários das Operações de Paz. Ou seja, enquanto os países não processarem os indivíduos que enviam para estas missões, a Organização não fará, já que os *peacekeepers* e os funcionários das missões só podem ser processados por crimes cometidos em serviço pelo seu próprio Estado.

Além disso, a falha de prestação de contas por crimes cometidos e a falta de investigadores experientes para averiguar denúncias são questões em que a Organização não foi eficaz. Durante conflitos armados, as evidências de AES são perdidas, danificadas e muitas vezes mal coletadas, acarretando um atraso das soluções e de provas com evidências. Para esse problema diminuir, a ONU poderia alocar um responsável para cuidar das soluções e observar o processo das denúncias realizadas, mapeando, assim, respostas mais eficazes.

Outra medida específica seria a criação de um escritório Anti-AES nas Operações de Paz, principalmente em locais onde os casos são numerosos. Os escritórios teriam atendimentos as vítimas, onde a ONU pudesse auxiliá-los como serviço médico – exames de HIV e medicamentos de DST, serviços psicológicos, alimentação e proteção familiar. Além disso, a criação de um canal de fácil acesso para que as pessoas possam fazer denúncias principalmente anônimas, já que lidam com pessoas de alta importância. Com o difícil acesso em locais de conflitos armados, as visitas locais seriam aplicadas. Um representante da ONU iria realizar visitas domiciliares para avaliar o comportamento dos *peacekeepers* frente as suas funções e aos casos de violência sexual. E com isso, mapear os erros e falhas dos militares para, então, haver melhores treinamentos de soldados para futuras Operações de paz.

Conforme as medidas apontadas acima, o comprometimento da ONU com estas questões mais aprofundadas lidando cada vez mais com a população local e as vítimas seriam muito eficazes para o combate ao Abuso e exploração sexual. A falta de comprometimento em utilizar seus mecanismos até o resultado de eficácia transparece uma cultura do silêncio e acobertamento dos casos. É necessário que o posicionamento seja além de resoluções e teorias, e que a prática seja cada vez mais constante.

Bibliografia

Addressing Sexual Exploitation and Abuse. *Conduct in un field missions*. Disponível em: <<https://conduct.unmissions.org/addressing>>. Acesso em 15 de Novembro de 2020.

Addressing Sexual Exploitation and Abuse. *Political and Peacebuilding Affairs*. Disponível em: <<https://dppa.un.org/en/addressing-sexual-exploitation-and-abuse>>. Acesso em: 15 de Novembro de 2020.

AMAD, Ali. Remembering the “Somalia Affair”, Canada’s Forgotten Abu Ghraib Moment. *VICE*, 2018. Disponível em: <<https://www.vice.com/en/article/7x75xg/remembering-the-somalia-affair-canadas-forgotten-abu-ghraib-moment>>. Acesso em 13 de Novembro de 2020.

AQUIAR, Sarah Rodrigues. *Atuação das ONGs internacionais de direitos humanos nos casos de abuso e exploração sexual nas operações de paz da ONU*. Paraíba. 2018. 80 p. Monografia (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Federal da Paraíba.

BARTELS, Susan. LEE, Sabine. "They put a few coins in your hands to drop a baby in you" – 265 stories of Haitian children abandoned by UN fathers. *The Conversation*. December 17, 2019.

DIEHL, Paul. *Operações de Paz*. Malden, MA: Polity Press, 2008; 197 p. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000141&pid=S0034-7329201300010000700020&lng=en). Acesso em: 10 de outubro de 2020.

Escândalo sexual no Congo envolve tropas da ONU. *BBC Brasil*, 2006. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/story/2006/08/060817_rdcongoexploracaoebc>. Acesso em: 14 de Novembro de 2020.

FAGANELLO, Priscila Liane Fett. *Operações de Manutenção da Paz da ONU*. De que forma os direitos humanos revolucionaram a principal ferramenta internacional da paz? 1ª ed. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2013. 190 p.

FONTOURA, Natalia Rayol. *Heróis ou Vilões? O abuso e a exploração sexual por militares em missões de paz da ONU*. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

KENKEL, Kai Michael. Five generations of peace operations: from the "thin blue line" to "painting a country blue". *Rev. bras. polít. int.*, Brasília, v. 56, n. 1, p. 122-143, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003473292013000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 de Outubro de 2020. <https://doi.org/10.1590/S0034-73292013000100007>.

MURPHY, Ray. An Assessment of UN Efforts to Address Sexual Misconduct by Peacekeeping Personnel. *International Peacekeeping Journal*, 2006. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13533310600988820>>. Acesso em: 01 de Dezembro de 2020.

ONU. [Organização das Nações Unidas]. “Sexual exploitation’ is defined as ‘any actual or attempted abuse of a position of vulnerability, differential power, or trust, for sexual purposes, including, but not limited to, profiting monetarily, socially or politically from the sexual exploitation of another’”. ST/SGB/2003/13. 2003.

ONU. [Organização das Nações Unidas]. “Strongly discourage relations with beneficiaries ‘’. ST/SGB/2003/13. 2003.

Preventing Sexual Exploitation and Abuse. *United Nations*. Disponível em: <<https://www.un.org/preventing-sexual-exploitation-and-abuse/content/prevention>>. Acesso em: 15 de Novembro de 2020.

SEARLE, Louise. WESTENDORF, Jasmine-Kim. *Sexual exploitation and abuse in peace operations: trends, policy responses and future directions*. *International Affairs*, Volume 93, Issue 2, 2017. 2 p.

Sexual exploitation and abuse by UN peacekeepers. *CRIN: Child Rights International Network*. Disponível em: <<https://home.crin.org/issues/sexual-violence/un-peacekeepers>>. Acesso em 13 Novembro de 2020.

SLANJANKIC, Azer. “ONU acobertou casos de abuso sexual por capacetes azuis”. *DW: Made for minds*, 2016. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/onu-acobertou-casos-de-abuso-sexual-por-capacetes-azuis/a-19092800>>. Acesso em 15 de Novembro de 2020.

SOPRANI, Carolina. *Abuso e exploração sexual nas operações de paz da ONU*. São Paulo. 2018. 7 p. Série de Conflitos Internacionais - Observatório de Conflitos Internacionais da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC) da Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho (UNESP).

TOLEDO, Aureo; BRAGA, Lorraine Morais. Abuso e exploração sexual em operações de paz: o caso da MINUSTAH. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis , v. 28, n. 3, e60992, 2020 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2020000300204&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 03 de Dezembro de 2020. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n360992>.

WESTENDORF, Jasmine-Kim. WPS, CRSV and Sexual Exploitation and Abuse in Peace Operations: Making sense of the missing links. *LSE: Centre for women, peace, security*, 2017. 1-3 p.